

## Desempenho Fiscal do Governo Federal em abril de 2026

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- De acordo com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Governo Central (que englobam Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentaram um superávit primário de R\$ 25,2 bilhões em abril de 2026, resultado superior ao superávit de R\$ 18,2 bilhões (valores correntes) registrado no mesmo mês do ano anterior. O superávit do mês ficou acima da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que apontava para um superávit de R\$ 17,8 bilhões. A receita líquida do governo central alcançou R\$ 235,3 bilhões, ante R\$ 213,1 bilhões em abril de 2025, o que corresponde ao crescimento real de 5,8%. As despesas totais, por sua vez, totalizaram R\$ 210,1 bilhões, que na comparação com R\$ 195,0 bilhões obtidos no mesmo mês do ano anterior, registra um aumento real de 3,3%. No acumulado do ano, até abril, observa-se superávit primário de R\$ 8,7 bilhões, a preços correntes, bem abaixo do saldo positivo de R\$ 73,2 bilhões obtido no mesmo intervalo de 2025.
- O acréscimo real da receita líquida em abril de 2026 refletiu, principalmente, os aumentos reais de 7,9% das Receitas Administradas pela RFB (+ R\$ 13,4 bilhões) e de 7,2% da Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 4,1 bilhões). Essa expansão das Receitas Administradas em abril foi decorrente do bom desempenho da arrecadação do Imposto sobre a Renda, cujo incremento foi provocado, principalmente pelos recolhimentos na fonte de rendimentos de residentes no exterior e de rendimentos do capital. Também contribuíram as receitas originárias do Cofins, IOF e Imposto de Importação. No caso da arrecadação previdenciária líquida, o desempenho foi sustentado, entre outros fatores, pela evolução favorável do mercado de trabalho, pelo aumento da arrecadação do Simples Nacional previdenciário e pela reoneração escalonada da contribuição patronal dos Municípios e da folha de pagamentos a partir de janeiro de 2025.
- Na direção oposta, as Receitas Não Administradas registraram um decréscimo real de R\$ 1,7 bilhão no comparativo de abril/2026 com o mesmo mês do ano anterior. Esse resultado foi obtido pela combinação de queda de R\$ 3,3 bilhões (82,4%) nos recebimentos de Dividendos e Participações, influenciada pela redução de repasses de estatais, com destaque para a Caixa Econômica Federal, que zerou o envio de dividendos no mês. Em compensação, ocorreu um aumento das receitas relacionadas à Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 1,9 bilhão), especialmente nos recolhimentos de royalties, favorecidos pelos aumentos do preço internacional do barril de petróleo e da produção, que mais que compensaram a apreciação da taxa de câmbio no período.
- Do lado das despesas, houve uma expansão real de 3,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior, significando uma taxa menor do que as receitas, o que favoreceu a geração do superávit primário. Os principais fatores de crescimento das despesas foram: benefícios previdenciários, influenciados pelo reajuste do salário-mínimo e pelo aumento do número de beneficiários; gastos com pessoal e encargos sociais decorrentes dos reajustes concedidos ao funcionalismo federal; Benefícios de Prestação Continuada (BPC/LOAS); e créditos extraordinários relacionados a eventos climáticos ocorridos no início do ano. Apesar da melhora no resultado mensal, o acumulado do ano, até abril, mostra deterioração das contas públicas e amplia a pressão sobre o cumprimento da meta fiscal de 2026. O superávit de abril não foi suficiente para reverter a piora observada no acumulado do ano, pressionado principalmente pelo avanço de gastos previdenciários, precatórios e despesas obrigatórias. As receitas líquidas cresceram 4,6% em termos reais, enquanto as despesas totais aumentaram 14,2%, refletindo principalmente o impacto extraordinário dos precatórios pagos em março.
- O resultado de abril mostrou uma recuperação importante das contas públicas após o déficit expressivo de março. O crescimento da arrecadação continua sustentado pela expansão da

massa salarial, pela elevada arrecadação previdenciária e pelo bom desempenho dos tributos federais. Entretanto, o comportamento das despesas obrigatórias — especialmente Previdência, pessoal e despesas judiciais — continua impondo forte pressão sobre o orçamento federal. Assim, embora o Governo Central tenha retornado ao superávit em abril, o resultado acumulado do primeiro quadrimestre evidencia que o cumprimento da meta fiscal de 2026 continuará dependente da manutenção do crescimento das receitas e de um controle rigoroso das despesas ao longo dos próximos meses.

- Com relação ao setor público consolidado, o resultado primário foi superavitário em R\$ 24,6 bilhões em abril deste ano, acima do obtido no mesmo mês do ano passado (R\$ 14,2 bilhões). O Governo Central e os governos municipais registraram saldo positivo de, respectivamente, R\$ 26,1 bilhões e R\$ 1,4 bilhão, enquanto os governos estaduais e as empresas estatais tiveram déficits de, respectivamente, R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,8 bilhão. No acumulado do ano, o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$ 31,2 bilhões, ou 0,72% do PIB, abaixo do observado no mesmo período de 2025 (R\$ 102,9 bilhões, ou 2,5% do PIB). A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 80,4% do PIB (R\$ 10,4 trilhões), em abril de 2026, aumentando 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.

**Comentário:** O Governo Central (que engloba Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentou, em abril de 2026, um superávit primário de R\$ 25,2 bilhões, resultado superior ao saldo positivo de R\$ 18,2 bilhões (valores correntes) registrado no mesmo mês do ano anterior. O superávit do mês ficou acima da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que apontava para um superávit de R\$ 17,8 bilhões. O resultado de abril mostrou uma recuperação importante das contas públicas após o déficit expressivo de março. O crescimento da arrecadação continua sustentado pela expansão da massa salarial, pela elevada arrecadação previdenciária e pelo bom desempenho dos tributos federais. Entretanto, o comportamento das despesas obrigatórias — especialmente Previdência, pessoal e despesas judiciais — continua impondo forte pressão sobre o orçamento federal. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 80,4% do PIB (R\$ 10,4 trilhões), em abril de 2026, aumentando 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Abril de 2026 (Milhões correntes)

Discriminação	Janeiro-Abril		Variação (2026/2025)		Abril		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	973.254	1.055.636	8,50%	4,00%	252.540	279.491	10,70%	6,00%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	183.082	193.641	5,80%	1,50%	39.396	44.149	12,10%	7,30%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	790.172	861.995	9,10%	4,60%	213.144	235.343	10,40%	5,80%
4. DESPESA TOTAL	716.984	853.318	19,00%	14,20%	194.949	210.145	7,80%	3,30%
<b>5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)</b>	<b>73.188</b>	<b>8.677</b>	<b>-88,10%</b>	<b>-87,60%</b>	<b>18.195</b>	<b>25.198</b>	<b>38,50%</b>	<b>32,70%</b>
Tesouro Nacional	171.597	134.221	-21,80%	-24,90%	51.077	58.474	14,50%	9,70%
Banco Central	-274	-313	14,10%	9,90%	-263	-187	-28,90%	-31,90%
Previdência Social (RGPS)	-98.135	-125.231	27,60%	22,40%	-32.619	-33.089	1,40%	-2,80%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,78%	0,20%	-	-	1,67%	2,20%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-Abril-2025/2026 - Valores a preços de abril/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>1.026.374,60</b>	<b>1.067.920,20</b>	<b>41.545,60</b>	<b>4,00%</b>
<b>Receita Administrada pela RFB</b>	<b>683.049,70</b>	<b>719.399,90</b>	<b>36.350,20</b>	<b>5,30%</b>
Imposto de Importação	31.608,90	33.376,60	1.767,70	5,60%
IPI	29.609,10	28.830,70	-778,3	-2,60%
Imposto sobre a Renda	332.321,70	342.796,10	10.474,40	3,20%
IOF	23.974,00	33.677,40	9.703,30	40,50%
COFINS	129.940,40	138.397,00	8.456,60	6,50%
PIS/PASEP	37.006,30	35.985,60	-1.020,80	-2,80%
CSLL	81.759,90	83.585,30	1.825,30	2,20%
CIDE Combustíveis	1.012,80	1.048,60	35,8	3,50%
Outras Receitas Administradas pela RFB	15.816,60	21.702,70	5.886,10	37,20%
Incentivos Fiscais	0	0	0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	228.695,60	243.281,70	14.586,00	6,40%
<b>Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>114.629,30</b>	<b>105.238,70</b>	<b>-9.390,60</b>	<b>-8,20%</b>
Concessões e Permissões	2.183,10	1.927,80	-255,3	-11,70%
Dividendos e Participações	12.474,50	5.770,80	-6.703,70	-53,70%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	5.200,70	6.101,50	900,8	17,30%
Exploração de Recursos Naturais	54.574,20	52.832,20	-1.741,90	-3,20%
Receitas Próprias e de Convênios	8.969,40	6.715,90	-2.253,50	-25,10%
Contribuição do Salário Educação	11.746,30	12.445,40	699	6,00%
Demais Receitas	19.470,20	19.416,60	-53,6	-0,30%
<b>TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>192.988,60</b>	<b>195.975,60</b>	<b>2.987,00</b>	<b>1,50%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>833.386,00</b>	<b>871.944,60</b>	<b>38.558,60</b>	<b>4,60%</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-Abril-2025/2026 - Valores a preços de abril/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>755.247,90</b>	<b>862.256,00</b>	<b>107.008,20</b>	<b>14,20%</b>
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>331.955,00</b>	<b>369.658,00</b>	<b>37.703,00</b>	<b>11,40%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	7.662,60	31.904,20	24.241,50	-
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>125.858,60</b>	<b>145.685,70</b>	<b>19.827,10</b>	<b>15,80%</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	994,9	10.098,80	9.103,90	-
<b>Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>124.995,00</b>	<b>158.702,40</b>	<b>33.707,40</b>	<b>27,00%</b>
Abono e Seguro Desemprego	32.753,50	29.887,80	-2.865,70	-8,70%
<b>Apoio Financeiro a Estados e Municípios</b>	<b>3.027,20</b>	<b>227</b>	<b>-2.800,20</b>	<b>-92,50%</b>
<b>Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV</b>	<b>43.674,50</b>	<b>46.474,30</b>	<b>2.799,80</b>	<b>6,40%</b>
<b>Créditos Extraordinários</b>	<b>1.095,80</b>	<b>1.443,60</b>	<b>347,8</b>	<b>31,70%</b>
<b>Fundeb - Complementação da União</b>	<b>23.387,40</b>	<b>24.997,70</b>	<b>1.610,30</b>	<b>6,90%</b>
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	5.714,20	6.216,90	502,8	8,80%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	1.399,50	1.343,00	-56,5	-4,00%
<b>Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)</b>	<b>1.578,80</b>	<b>36.599,10</b>	<b>35.020,30</b>	<b>-</b>
Subsídios, Subvenções e Proagro	8.744,00	7.574,50	-1.169,50	-13,40%
Impacto Primário do FIES	660,2	895,3	235,2	35,60%
Demais	2.959,90	3.043,00	83,1	2,80%
<b>Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.</b>	<b>172.439,30</b>	<b>188.209,90</b>	<b>15.770,60</b>	<b>9,10%</b>
<b>Obrigatórias com Controle de Fluxo</b>	<b>126.237,00</b>	<b>123.868,40</b>	<b>-2.368,50</b>	<b>-1,90%</b>
Discricionárias	46.202,30	64.341,50	18.139,20	39,30%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Abril/2026 - R\$ milhões

Discriminação	Janeiro-Abril				Fluxos Mensais		
	2025	% do PIB	2026	% do PIB	Fevereiro	Março	Abril
<b>Nominal</b>	<b>160 645</b>	<b>3,91</b>	<b>320 205</b>	<b>7,33</b>	<b>100 589</b>	<b>199 539</b>	<b>60 139</b>
Governo Central(1)	161 967	3,94	311 328	7,13	107 743	186 993	50 092
Governos estaduais	- 1 149	-0,03	4 089	0,09	- 6 188	10 435	8 232
Governos municipais	- 4 124	-0,10	- 5 434	-0,12	- 2 113	858	- 594
Empresas estatais(2)	3 951	0,10	10 221	0,23	1 147	1 252	2 410
<b>Juros nominais</b>	<b>263 505</b>	<b>6,41</b>	<b>351 453</b>	<b>8,05</b>	<b>84 201</b>	<b>118 862</b>	<b>84 763</b>
Governo Central(1)	230 522	5,61	320 358	7,34	78 237	112 180	76 167
Governos estaduais	28 667	0,70	25 099	0,57	4 554	5 011	7 141
Governos municipais	3 057	0,07	3 462	0,08	832	887	826
Empresas estatais(2)	1 260	0,03	2 535	0,06	579	784	629
<b>Primário</b>	<b>- 102 860</b>	<b>-2,50</b>	<b>- 31 248</b>	<b>-0,72</b>	<b>16 388</b>	<b>80 676</b>	<b>- 24 624</b>
Governo Central	- 68 555	-1,67	- 9 030	-0,21	29 507	74 813	- 26 075
Governos estaduais	- 29 816	-0,73	- 21 010	-0,48	- 10 741	5 424	1 091
Governos municipais	- 7 181	-0,17	- 8 896	-0,20	- 2 945	- 29	- 1 420
Empresas estatais(2)	2 691	0,07	7 687	0,18	568	469	1 781
PIB acumulado no ano*	4 111 991	-	4 367 516	-			

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS

(2) Exclui as empresas das grupos Petrobras e Eletrobras

\* Dados preliminares

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Liliane Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

**Aviso Legal:** O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.